

**Vice-Reitoria**

---

**De:** "Gil Vicente Reis de Figueiredo" <gilvicentereisdefigueiredo@yahoo.com.br>  
**Para:** <vicereitoria@power.ufscar.br>; <gilvicentereisdefigueiredo@yahoo.com.br>  
**Enviada em:** sexta-feira, 19 de maio de 2006 19:56  
**Anexar:** Considerações da Assembléia da ADUFSCar sobre PAA.doc  
**Assunto:** Considerações da Assembléia Geral da ADUFSCar sobre PAA

À Administração Superior da UFSCar,

Tenho o prazer de encaminhar-lhe, em arquivo anexo a esta mensagem, documento produzido por Comissão da AG da ADUFSCar de 18 de maio de 2006, que contribui para o debate, nesta instituição, do tem "Programas de Ações Afirmativas".

Sem mais para o momento, despeço-me.

Atenciosamente,

Professor Gil Vicente Reis de Figueiredo,  
Presidente da ADUFSCar.

---

Yahoo! Search

Música para ver e ouvir: [You're Beautiful, do James Blunt](#)

GVR - UFSCar

Recebido em 19.05.06

.....  
.....  
.....

22/5/2006

## **Considerações da Assembléia Geral da ADUFSCar sobre a implantação de Programa de Ações Afirmativas na UFSCar.**

O ADUFSCar convocou e realizou, no último dia 18, uma Assembléia Geral (AG) dos docentes da UFSCar, na qual o primeiro item de pauta era a discussão do Programa de Ações Afirmativas da UFSCar (PAA).

Uma das conclusões gerais dos docentes é que é preciso um compromisso maior do governo com o ensino no país. Foram apresentados alguns números sobre as recentes avaliações do SAEB e do PISA que indicam o lamentável estado da educação no país. Também foram apresentados os valores, em dólar americano per capita, dos investimentos do Brasil em educação e dos feitos por países europeus como Alemanha e Itália. Foram igualmente citados estudos que indicam que apenas 35% dos jovens entre 15 e 17 anos concluem o ensino médio, de onde se pode inferir que a grande maioria da população ainda não tem condições de ingressar no ensino superior.

Outra preocupação comum foi com relação às cotas por cor da pele. A grande maioria se manifestou contrariamente a tal proposta, se formulada de maneira simplista, como vem ocorrendo. Ao mesmo tempo, a totalidade dos presentes expressou sua convicção de que algo pode e deve ser feito pelas instituições de ensino superior (e em particular pela UFSCar) para atenuar os efeitos perversos de anos de omissão do Estado, no tocante à educação básica. Diversas considerações foram apresentadas.

A primeira reflexão alvo de debate na AG referia-se ao processo de seleção de alunos para entrada na universidade. É nosso atual vestibular capaz de selecionar aqueles alunos sobre os quais os efeitos do processo ensino/aprendizado foram maiores, no sentido de que têm maior conhecimento e melhor capacidade de pensar sobre ele? Não seria importante identificar meios alternativos para atrair os melhores alunos do ensino básico (quer público ou privado)? Não estaria nosso vestibular privilegiando os alunos que priorizam a praticar de decorar fatos, em detrimento da compreensão de conceitos relevantes? Em resumo, estamos captando alunos capacitados para um ensino superior capaz de estimular o desenvolvimento científico, tecnológico e social do país, ou será que, ao contrário, estamos aqui levando em excessiva conta, no processo de seleção, a mera habilidade em repetir mecanicamente dados, própria de uma abordagem periférica e operacional? Talvez uma mudança no processo de seleção provoque um equilíbrio nas estatísticas entre alunos de escola pública e escola privada, além de uma saudável mudança do perfil daqueles que aqui ingressam. Foram sugeridos, ainda, estudos sobre o exame vestibular da UNICAMP e da USP, bem como a adoção dos resultados do ENEM para composição da classificação de nossos candidatos.

Uma segunda reflexão está relacionada com a divulgação das instituições públicas de ensino superior no país – e da UFSCar em especial – para os alunos que cursam o ensino fundamental e médio. Alguns docentes relataram que, em contatos que tiveram com esses alunos, ficou claro o completo desconhecimento destes em relação à UFSCar: a maioria, por exemplo, se mostrou espantada com o fato de nossa instituição ser gratuita. Assim, é possível investir com mais vigor na divulgação da UFSCar (e das IFES, em geral) junto aos alunos das escolas públicas, o que poderia vir a produzir a ampliação dos respectivos percentuais de ingresso nesta instituição.

Também há uma preocupação com relação à manutenção dos alunos carentes na UFSCar. Como seria o processo de acompanhamento e auxílio? Quais seriam os mecanismos acadêmicos que deveriam ser criados para provocar uma equalização de aproveitamento acadêmico de todos os alunos admitidos no vestibular? Quais seriam os impactos?

Especificamente com relação ao documento de um PAA publicado pela UFSCar, os docentes manifestaram as seguintes considerações sobre cotas para escolas públicas:

- a) O documento não é uma proposta e sim um conjunto de idéias que carece de uma conexão totalizadora e concludente;
- b) No documento há um delineamento do que a comissão acha que deve ser feito, mas não há especificação de como as ações seriam implementadas;
- c) Não há um estudo sobre o que já foi feito em várias universidades do país, com considerações sobre os aspectos positivos e negativos de cada iniciativa (inclusive, não há um relato das ações que já vem sendo feitas pela UFSCar);

- d) Não há uma análise de impactos de eventuais ações a serem adotadas. Os presentes à AG, consensualmente, consideraram temerária a decisão de adotar, desde já e de uma só vez, cota de 50% das vagas para ensino público. Apontou-se para um processo gradual, destinando-se inicialmente 10% das vagas, com aumento dessa taxa para 20%, e assim por diante, até chegar aos 50%, desde que atendidos os seguintes condicionantes: 1) avaliação periódica do desempenho dos alunos ingressantes (de forma a não comprometer a qualidade de ensino na UFSCar) e 2) exigência de contrapartida de investimento do governo em ensino básico, para reverter a atual situação;
- e) Não há especificação de como seria o processo de seleção (um vestibular, dois, os melhores de todo o vestibular, ou o que?)

Em relação às cotas por cor da pele, ponderou-se que o documento falha por não tecer considerações sobre os seguintes aspectos:

- a) Qual é a distribuição estatística da população de alunos do ensino fundamental e médio no ensino público no país?
- b) O atual vestibular está sendo discriminatório?
- c) Como seria feita a identificação de cor da pele de nossos candidatos?
- d) Como seria feita a comprovação de tal informação?
- e) O que a comunidade da UFSCar acha sobre o assunto?
- f) Com o raciocínio de que a adoção da distribuição estatística da cor da pele na comunidade deva ser refletida na população dos alunos na UFSCar, como ficariam as populações de amarelos e indígenas (que hoje tem uma distribuição maior na UFSCar do que na população do Estado e do país)?

Por fim houve um debate sobre ações afirmativas que, de acordo com a maioria dos presentes, devem ser analisadas e eventualmente adotadas:

- a) Incentivo à criação de cursinhos pré-vestibulares gratuitos, a serem oferecidos prioritariamente para carentes e/ou oriundos do ensino básico público, com o envolvimento de docentes e alunos da UFSCar. Para tanto seria necessário um planejamento – incluindo aspectos financeiros – que viabilizasse tal iniciativa;
- b) Identificação de mecanismos que permitissem aos alunos provenientes do ensino público (por área) com melhores resultados ser aproveitados para ingresso em cursos afins próximos ao da escolha do candidato.
- c) Possível utilização de critérios semelhantes ao da UNICAMP e/ou USP;
- d) Aproveitamento de resultados de outros exames nacionais como critério de ingresso na UFSCar;
- e) Intensificação de jornadas científicas que divulguem a UFSCar junto ao seu público alvo, em especial estudantes da escola pública;
- f) Uso da televisão e rádio universitárias.

Os docentes presentes consideraram que o assunto precisa ser discutido mais amplamente e com a máxima seriedade pela comunidade, em especial, e pela sociedade em geral. Acreditam que outras idéias e propostas possam surgir, fruto desta reflexão. Para tanto, a ADUFSCar deverá criar um Portal, na internet, para debates e troca de idéias e, posteriormente, deverá realizar novas assembleias e uma consulta eletrônica, com o objetivo de gerar um documento de PAA a ser apreciado pelos órgãos colegiados da UFSCar e pela comunidade.

Houve, finalmente, amplo consenso de que, para que todo esse processo de elaboração e debate de propostas possa fluir e enriquecer nossas contribuições sobre o tema, é preciso que não haja uma implantação desnecessariamente apressada de políticas pouco discutidas e insuficientemente estruturadas.

Por isso – foi voz geral – não deve haver implementação imediata de um Programa de Ações Afirmativas, até para que a idéia – que é de fundamental importância para a UFSCar e para o país – não venha a ser, por uma questão de forma e não de conteúdo, exposta a fortes críticas que possam, no futuro, inviabilizar sua aceitação.

**Comissão da Assembleia Geral da ADUFSCar, 19 de maio de 2006.**